

Breve descrição

Ação para a qualificação das inspeções judiciais buscando aprimorar os instrumentos, técnicas e metodologias de monitoramento de locais de privação de liberdade. A ação parte de normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos para o fortalecimento de estratégias para a prevenção e o enfrentamento à tortura, maus-tratos, tratamentos cruéis e degradantes.



Entregas principais

Elaboração de instrumentais, normativa, manual e atividades formativas embasadas em normas e diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos, objetivando o fortalecimento do Poder Judiciário no enfrentamento à tortura e outros maus-tratos e a garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade.



Ações previstas

- Seleção de organização especializada para execução da iniciativa (edital nacional)
- Desenvolvimento e implementação de instrumentais de inspeção judicial
- Desenvolvimento de fluxos para juízes corregedores e GMFs de identificação e tratamento de casos de tortura no ambiente de privação de liberdade
- Produção normativa
- Elaboração de manual
- Realização de processos formativos e disseminação de instrumental e metodologias elaborados

ETAPAS

NACIONAL

CNJ:

- Produção de novo formulário de inspeção judicial
- Elaboração de manual prático de orientação metodológica de inspeção
- Elaboração de fluxos de identificação e tratamento de casos de tortura
- Realização de processos formativos regionais
- Publicação de atos normativos
- Estratégia de atualização do CNIEP e plataforma Geopresídios

ESTADUAL

- Realização das inspeções judiciais
- Registro das inspeções judiciais no CNIEP e plataforma Geopresídios
- Articulação com Poder Executivo e rede social local para acompanhamento das violações identificadas
- Apoio para atuação das organizações de fiscalização e de controle social das prisões
- Aprimoramento do diálogo com a rede local, com especial destaque às instituições de participação e controle social
- Monitoramento dos dados regionais, com recorte de raça e gênero

MUNICIPAL

- Mobilização da rede local, aprimorando e fortalecendo o diálogo com os Conselhos da Comunidade



FAZENDOJUSTIÇA

Conselho Nacional de Justiça

CIDADANIA

Qualificação das Inspeções Judiciais e Enfrentamento à Tortura nos Ambientes de Privação de Liberdade

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR



FAZENDOJUSTIÇA



DEPEN



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Produtos e Entregas

Esfera Nacional – CNJ	Esfera Estadual	Esfera Municipal
Produção de novo formulário de inspeção judicial, em consonância com as políticas sociais e resoluções/recomendações do CNJ Elaboração de manual prático de orientação metodológica alinhado com os materiais produzidos pelo CNJ e programa Fazendo Justiça Realização de processos formativos regionais Publicação de ato normativo para definir parâmetros e fluxos de rotina interna nos GMFs para o tratamento de relatos e informações de prática de tortura e outros maus-tratos Publicação de ato normativo estabelecendo os parâmetros e fluxos de rotina entre os GMFs e os DMFs Estratégia de atualização da plataforma Geopresídios Índice de gestão prisional	Realização das inspeções judiciais nos ambientes de privação de liberdade Registro das inspeções judiciais no CNIEP Apoio e realização de processos formativos Articulação com Poder Executivo e rede social local para acompanhamento das violações identificadas nos relatórios de inspeção Apoio e realização de processos formativos Mobilização da rede local Monitoramento dos dados regionais	Mobilização da rede local, aprimorando e fortalecendo o diálogo com os Conselhos da Comunidade